



A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA DO CORPO PARA OS ESTUDOS EM EDUCAÇÃO POLICIAL: ENTRE A ANATOMO-POLÍTICA E A BIOPOLÍTICA

THE IMPORTANCE OF THE SOCIOLOGY OF THE BODY FOR STUDIES IN POLICE EDUCATION: BETWEEN ANATOMICAL POLITICS AND BIOPOLITICS

DOI: 10.5281/zenodo.20499812



Eduardo Nunes Jacondino¹
Alexandre Fernandes Vaz²

RESUMO

O artigo perfaz uma discussão, a partir do aporte advindo de importantes estudiosos da Sociologia do corpo, do contexto que envolve os corpos policiais³, quando em processos educativos. Desenvolve, enquanto objetivo geral, uma análise sobre o contexto formativo de policiais militares, praças, feita em países como o Brasil. Enquanto objetivos específicos retrata, sociologicamente, o tema do corpo enquanto foco de olhar sociológico; aponta para certas contribuições, advindas de autores importantes da Sociologia e da Antropologia do corpo, sobre a temática; discute as contribuições que uma Sociologia do corpo tem apresentado e a apresentar, no que se refere aos estudos educativos, policiais. Do ponto de vista de uma analítica micro sociológica (anátomo-política), e macro sociológica (biopolítica), perfaz apontamentos acerca das contribuições – apontando, de forma mais precisa, sobre as mesmas por meio de questões - que uma leitura sobre os corpos policiais tem a oferecer aos estudos sobre educação policial. O texto se encerra a partir da reflexão direcionada à importância dos estudos que se voltam à educação policial, notadamente á partir do eixo: corpo e polícia.

1 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Francisco Beltrão. Paraná. Brasil. E-mail: eduardojacondino@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1083-8934>

2 Pós-doutor na Academia das Artes de Berlim. Florianópolis. Santa Catarina. Brasil. E-mail: alexandre.fernandes.vaz@ufsc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4194-3876>

3 Nos detivemos, aqui, mais especificamente na questão educativa voltada aos policiais militares, praças.

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





Palavras-chave: Corpo, Sociologia do corpo, polícia, educação policial militar.

ABSTRACT

This article discusses, based on contributions from important scholars in the Sociology of the Body, the context surrounding police bodies in educational processes. Its general objective is to analyze the formative context of military police officers, specifically enlisted personnel, in countries such as Brazil. Its specific objectives include: sociologically portraying the body as a focus of sociological observation; highlighting certain contributions from important authors in the Sociology and Anthropology of the Body on this theme; and discussing the contributions that a Sociology of the Body has presented and will present in relation to police studies. From a micro-sociological (anatomopolitical) and macro-sociological (biopolitical) analytical perspective, it makes observations about the contributions – pointing out more precisely – that a reading of police bodies has to offer to studies on police education. The text concludes with a reflection on the importance of studies focused on police education, particularly from the axis of body and police.

Keywords: Body, Sociology of the body, policing, military police education.

INTRODUÇÃO

O presente artigo nasceu do desejo de se analisar a questão da educação dos corpos policiais⁴ militares – praças -, àqueles que entram em contato com a população brasileira no cotidiano, ocupando lugar de destaque no trato com a sociedade civil, a partir do Estado. Policiais que fazem parte do campo social denominado de Segurança Pública⁵. Do ponto de vista da educação policial, cabe afirmar que instâncias como a Secretaria Nacional de

4 A polícia emergiu ligada à expansão do Estado, desde os finais do século XVII e, sobretudo, no século XVIII, na Europa, sob o Absolutismo. O ato de nascimento da polícia, assinado por Luiz XIV, em 1667, afirma que esta deve “garantir a segurança da cidade, lutar contra a delinquência e a criminalidade, proteger a população contra os acidentes e as epidemias e cuidar da subsistência da cidade” (Tavares dos Santos, 1997, pg. 158). Logo depois, o código Brumário apontou que “a polícia é instituída para manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade, a segurança individual” (Idem, pg. 158).

5 Segurança Pública pode ser entendida, segundo Silva (1998), como a garantia que o Estado oferece aos cidadãos por meio de organizações próprias, contra todo o mal e todo o perigo que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade e dos direitos de propriedade. Afirma, ainda, que “a segurança pública limita as liberdades individuais, estabelecendo que a liberdade de cada cidadão, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais” (Silva, 1998, pg. 740). São seus órgãos historicamente constituídos: Polícia Federal, Polícia Rodoviária, Polícia Ferroviária, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros.





Segurança Pública (SENASP), instituída no Brasil em 1997 e voltada a coordenar Políticas Públicas na área da Segurança, buscou consolidar - desde os anos 1990, mas de forma mais premente, desde os anos 2000 - o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), por meio de propostas voltadas a uniformizar a educação policial, de modo a melhorar a atuação profissional destes agentes do controle social. Como exemplo deste processo pode ser citado o documento: “Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública” (2003), quando, no capítulo IV, que tratou da formação policial, apontou para a uniformização/profissionalização da educação policial, no Brasil, adotando dentre outras coisas a seguinte questão:

De que modo pode ser desenvolvido o treinamento em técnicas policiais que reduzam o risco de vida dos policiais e da população, seguindo a orientação de só utilizar armas de fogo em casos extremos, de acordo com a filosofia do recente Estatuto do Desarmamento?⁶ (Idem, p.114).

De todo modo, mesmo reconhecendo os avanços alcançados nos últimos anos, no que toca à educação dos policiais brasileiros⁷, entendemos que um elemento precisa ser observado por parte daqueles que elaboram os cursos de formação das polícias, àquele voltado aos regimes disciplinares⁸, aos sistemas de controle⁹ que atuam sobre os corpos¹⁰ dos policiais, conformando uma postura específica de atuação profissional, algumas vezes distanciada

6 Podemos verificar as mudanças ocorridas, desde os anos 2000, no Brasil, no que toca a formação dos policiais civis e militares. No R/S, por exemplo, entre os anos de 2000 e 2001, foram ofertadas disciplinas como “Estado e Segurança Pública”, “Sociologia da Violência e da Criminalidade”, “Abordagem Sociopsicológica da Violência” e “Direitos Humanos” no primeiro curso superior de formação de inspetores e escrivães de polícia, que em parte ocorreu de forma conjunta com o curso de formação dos policiais militares. Aliás, outro avanço a ser registrado. Curso que, também, ofereceu críticas reflexivas diante dos valores androcêntricos (Bourdieu, 2005) advindos de parte significativa dos alunos/policiais. Um dos autores deste estudo participou deste curso de formação policial, como aluno em formação, da polícia civil.

7 No ano de 2018 foi aprovado o Sistema Único de Segurança pública (SUSP). Neste documento se observa uma atenção importante dada ao campo da educação policial. Encontrado em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/25212052/do1-2018-06-12-lei-n-13-675-de-11-de-junho-de-2018-25211917. Pesquisado em: 27/02/2026.

8 Modalidade de aplicação do poder que aparece entre o final do século XVIII e o início do século XIX no Ocidente. O “regime disciplinar”, tal qual apresentado pelo filósofo Michel Foucault (2004), se caracteriza por utilizar um certo número de técnicas de coerção, que exercem um esquadramento sistemático do tempo, do espaço e do movimento dos indivíduos, atingindo as atitudes, os gestos, os corpos dos mesmos. Cabe destacar que o discurso da disciplina é estranho à lei ou à regra jurídica, derivada do poder soberano (do Estado); produzindo um discurso sobre a regra natural, isto é, sobre a norma comportamental.

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





daquela preconizada pelos artífices dos cursos de formação. Compondo o que alguns chamam de ‘currículo oculto’¹¹.

Cabe salientar que o contexto educativo das polícias militares, no Brasil – mesmo depois do período da redemocratização política ocorrido na década de 1980 -, continua sendo efetivado por meio da presença dos Batalhões ou Companhias de Polícia Militar (Jacondino, 2015, 2018; Lemos de Oliveira & Jacondino, 2024)).

Estes ambientes, fortemente carregados de rituais hierarquizados, gastam tempo e energia consideráveis para preservar a cadeia de comando (Idem, 2015, 2018; 2024). Condição que segue o modelo advindo das forças armadas, notadamente do exército (Souza, 2012). Situação que é justificada, no caso das forças armadas, pelo fato de apresentar aspectos de disciplinamento da tropa, educada de modo a responder ao comando dos superiores de forma imediata, sem contestação, diante do perigo iminente (a eclosão de uma guerra, de uma invasão territorial, por exemplo).

9 O controle social, tema caro à área de Segurança Pública, passa – segundo Michel Foucault (2004) - não somente pelo sistema de Justiça Criminal, mas por uma série de outros poderes laterais: Instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas, mecanismos de assistência, associações filantrópicas etc, que se articulam em dois tempos: De um lado, o controle das populações, nas quais os indivíduos estão inseridos – o controle aqui, é essencialmente uma economia do poder que gerencia a sociedade em função de modelos normativos, globais, integrados num aparelho de Estado centralizado - ; e, de outro lado, a formação de um poder capilar, a instalação de um sistema de individualização que se destina a modelar cada indivíduo, e a gerir sua existência. Temos, aqui, a biopolítica e a anátomo-política.

10 Um dos objetivos a atingir, através de uma formação mais qualificada dos policiais, tem sido o de consolidar uma postura mais reflexiva e aberta às diferenças: Econômicas, étnico-raciais, de gênero, que envolvam a sexualidade humana, que abarquem diferenças no campo da religiosidade etc, que de forma crescente se consolidam em nossa sociedade. No entanto, Sociólogos como Hugo Assmann (1994) apontam para o fato de que categorias mentalistas como “consciência crítica”, “consciência social” - que passaram a ser trabalhadas nas academias de polícia, através de áreas como “Direitos Humanos” -, embora fundamentais não são capazes de, sozinhas, tornarem os policiais mais conscientes, menos truculentos, apenas por meio da absorção de conceitos que pregam tais mudanças de atitude. Isto porque precisa passar pelo corpo. Isto porque a corporeidade, aponta Assmann (Idem, 1994), abarca o homem não apenas enquanto ser racional, mas como ser que incorpora valores, rituais, regimes de verdade etc.

11 Formas de saber que são transmitidas em ambientes formativos e que advém da cultura predominante nestes ambientes. Compondo regras atitudinais, valores morais, que influenciam poderosamente a formação dos indivíduos ali situados. Ver Apple (1982) e Torres Santomé (1995).

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





Este horizonte, justificável do ponto de vista das forças armadas, não é o mesmo que acompanha o trabalho realizado pelas polícias. Isto porque a polícia militar, responsável pelo patrulhamento das ruas das cidades, efetua um trabalho voltado ao contato com os próprios cidadãos do país onde efetua seu trabalho. Deste modo, seu trabalho não se dirige ao enfrentamento de inimigos do país, que o estariam invadindo (Costa, 2021).

Os policiais realizam seu trabalho com o objetivo de manterem a ordem e a paz social, e não com o intuito de aniquilar – a priori –, um suposto inimigo. Embora precisem ser treinados para impor a força, quando necessário for, para cumprirem com algumas de suas funções. Neste sentido, o trabalho policial se diferencia do trabalho das forças armadas. Sua educação/formação, da mesma forma, e por consequência, deve ser diferente daquele. O que envolve os equipamentos, as armas e utensílios que utiliza¹²; bem como as estratégias que promove para realizar seu ofício (Jacondino, 2015).

Analisar esta condição, posta para os policiais militares, praças, a partir dos regimes disciplinares e dos sistemas de controle dispostos diante destes, em sua formação, se dá como forma de se buscar compreender os elementos que concorrem para que uma determinada educação de policiais se dê. Também como forma de se buscar elucidar aspectos que efetivamente contribuem para uma nova construção profissional, policial, mais adaptada a um contexto social democrático (não condizente com a cultura da violência policial)¹³,

12 O Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, oficializou em janeiro de 2025 novas regras para o uso da força policial (via Decreto nº 12.341/2024), visando padronizar abordagens, priorizar técnicas não letais e descapitalizar facções criminosas, através da atuação integrada. Cabe destacar que o acesso a equipamentos não letais como tasers (armas de incapacitação neuromuscular) e espargidores de pimenta são imprescindíveis para se reduzir os casos de violência policial. Ver em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/lewandowski-regulamenta-uso-da-forca-policial-e-cria-nucleo-de-combate-ao-crime-organizado#:~:text=para%20os%20agentes.-,N%C3%BACleo%20de%20combate%20ao%20crime%20organizado,de%20combate%20ao%20crime%20organizado>. Pesquisado em: 25/02/2026.

13 É ponto pacífico entre importantes estudiosos da polícia (Bayley, 2006; Bittner, 2003) que o que constitui a função policial é a possibilidade profissional do uso da força. No entanto, advertem para o fato de que uma coisa é o uso da força legítima; outra coisa é a violência policial. Nesta direção, é preciso perguntar acerca dos mecanismos que atuam no sentido de qualificar as atuações policiais, em sociedades democráticas. E também perguntar como lidar com a questão do controle do uso da força, sem que compreendamos o olhar dado sobre os corpos policiais, nos cursos de formação policial? Entendemos que devemos começar a partir daqui nossas análises.





conformando outro tipo de identificação¹⁴ profissional/formativa. O que, para nós, passa necessariamente pela compreensão da produção dos corpos policiais, em formação .

Sociologia do corpo e corpos policiais: Aproximações

Para começarmos a estabelecer uma analítica que leve em consideração o corpo policial, enquanto produção educativo-institucional em disputa¹⁵, é preciso chamar a atenção para o fato de que alguns autores importantes da Antropologia e da Sociologia dos corpos, como Mauss (2003), Douglas (1988), Turner (1989), Corbin; Courtine; Vigarello (2009), são

14 A identidade (“aquilo que sou”, em contraposição “aquilo que não sou”), se constrói sempre em interdependência para com a diferença. Sendo perspectivas interdependentes. Além disso, é preciso deixar claro, quando falamos de identidade, a que tipo de identidade nos referimos quando abordamos tal conceito: nacional, sexual, de gênero, racial, étnica? (SILVA, 2005, p. 84). Nosso texto busca identificar a construção das identidades profissionais dos policiais, por intermédio de sua corporeidade, se espelha nas possibilidades apontadas por autores como Anselm Strauss (1999), que ao se contrapor a uma teoria psicanalítica, dogmatizada, reflete acerca do fato de que a identidade dos sujeitos sociais é continuamente construída (mesmo na vida adulta), principalmente através da influência que o ambiente ocupacional/profissional exerce sobre os sujeitos sociais. Também é importante salientar que tal categoria de análise (a identidade), tem assumido uma considerável importância para a sociologia contemporânea, já que as mudanças verificadas nas últimas décadas têm produzido identidades móveis, fragmentadas (HALL, 2000, p. 10). Dessa forma, a perspectiva unificada, estável e essencialista de identidade tem sido questionada. Hall, referindo-se mais especificamente a questão das identidades sociais contemporâneas, advoga que depois dos anos 1970 as identidades passam por uma espécie de descentramento, já que não são mais demarcadas pela correlação, delimitada, entre sujeitos sociais e estruturas sociais; uma vez que estariam atreladas ao movimento sócio-histórico e cultural trazido pelo processo de globalização política, econômica e cultural (onde os novos movimentos sociais, que passam a surgir, colocam em pauta questões de gênero, de raça, de opção sexual e outras; ao mesmo tempo em que cada um deles passa a afirmar uma identidade específica). Também têm contribuído decisivamente para este processo societário o desenvolvimento expressivo dos micromercados, a flexibilização das relações de trabalho e a consolidação das tecnologias individualizadas, produzindo novas esferas de subjetivação dos indivíduos (Soares, 2000, p. 335). Diante destas reflexões, nos perguntamos: Que identificação corpórea os policiais militares, praças, em treinamento, têm desenvolvido?

15 Disputa, no sentido de que estes corpos policiais, em formação, são atravessados por formas de saber (sejam estas advindas das disciplinas que perfazem, durante os cursos de formação, desencadeados após a aprovação em concurso público – cursos de formação que têm duração média de 9 a 10 meses); seja por meio dos saberes institucionais existentes e que podem ser analisados, por exemplo, a partir dos ‘jargões’ utilizados no cotidiano policial, que expressam muito do que os policiais pensam e que foi adquirido por meio de um conhecimento prático/empírico desenvolvido no cotidiano de trabalho e, em grande medida, absorvido por meio do contato com os colegas mais velhos; seja, ainda, por mecanismos de poder institucionais que buscam produzir certas formas de ser policial.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)





fundamentais, no sentido de terem consolidado o tema do corpo enquanto objeto de estudo das Ciências Sociais.

Nesta direção, é possível observar que autores como Mauss (2003) retrataram o corpo como instrumento e técnica, ou seja, “entendo por essa expressão [“técnicas do corpo”] as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo” (Mauss 2003, p. 401). Deste modo, para estes autores o corpo não deveria ser olhado apenas enquanto um dado biológico, mas como o primeiro e mais natural instrumento utilizado pelos seres humanos, em suas existências/experiências, envolvendo ações como caminhar, nadar, comer ou dormir. Aprendidas socialmente. Da mesma forma, Mauss (2003) advertiu para o fato de que o corpo abarca um fenômeno biopsicossocial, que abrange imitação gestual/cultural, por meio da qual o biológico é educado/ensinado a agir de determinada forma, a partir de uma compleição psicológica. Isto por meio do que o autor chama de *hábitus*, ou seja,

[...] A palavra exprime, infinitamente melhor que “hábito”, a “*exis*” [hexis], o “adquirido” e a “faculdade” de Aristóteles (que era um psicólogo). Ela não designa os hábitos metafísicos, a “memória” misteriosa, tema de volumosas ou curtas e famosas teses. Esses “hábitos” variam não simplesmente com os indivíduos e suas imitações, variam sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios. É preciso ver técnicas e a obra da razão prática coletiva e individual, lá onde geralmente se vê apenas a alma e suas faculdades de repetição (Mauss 2003, p. 404)

Assim, para autores como Mauss (2003), o corpo é visto como instrumento e como técnica, ou seja, como

Um ato *tradicional eficaz* (e vejam que nisso não difere do ato mágico, religioso, simbólico). Ele precisa ser *tradicional e eficaz*. Não há técnica e não há transmissão se não houver tradição. Eis em que o homem se distingue antes de tudo dos animais: pela transmissão de suas técnicas e muito provavelmente por sua transmissão oral. [...] Mas qual é a diferença entre o ato tradicional eficaz da religião, o ato tradicional, eficaz, simbólico, jurídico, os atos da vida em comum, os atos morais, de um lado, e o ato tradicional das técnicas, de outro? É que este último é sentido pelo autor *como um ato de ordem mecânica, física ou físico-química*, e é efetuado com esse objetivo. (Mauss 2003, p.407)





Nesta direção, aprendemos que o corpo é um objeto profícuo de estudo das Ciências Sociais, aparecendo como central para se analisar temas como identidades profissionais, de gênero, sexuais, étnico-raciais etc¹⁶.

Já para autoras como Douglas (1988) é possível fazer uma analogia entre o corpo físico e o corpo social, ou seja, enquanto o primeiro funcionaria como um micro universo que refletiria as tensões advindas do sistema social, mais amplo, denominado de macro universo; o segundo atuaria como campo de força direcionado àquele. Isto se daria por paralelismo, ou seja, pelo fato de que quanto mais rígida for a estrutura social, mais se exigiria o controle por sobre as ações e as disposições dos corpos. Neste sentido, os corpos atuariam como símbolos diretamente ligados à temas como ordem/desordem social. Outrossim, e, ainda para Douglas (Idem), questões como o modo como lidamos com o corpo tendem a indicar o grau de pressão social que a sociedade direciona aos indivíduos. O que mostra que corpo (elemento natural) e sociedade (elemento cultural, simbólico), estão imbricados. O corpo humano, deste modo, se apresenta enquanto um símbolo primordial, a partir do qual as sociedades tendem a organizar sua estrutura social e os mecanismos de organização/controle social; sendo usado como estrutura a ser instituída socialmente, de modo a se obter significado cosmológico.

Cabe destacar que para a autora em tela a cosmologia se refere a um conjunto de crenças e valores que uma sociedade projeta sobre o mundo; bem como sobre o seu lugar neste mundo. Assim, a cosmologia atua enquanto sistema simbólico que dá sentido para as relações sociais. Uma visão de mundo que explica como as coisas são e, mais ainda, como devem ser. Assim, a autora contribui para mostrar como a natureza (o corpo) participa da estruturação social, via elaboração simbólica que é feita por cada sociedade.

De todo modo, para autores como Turner (1989), a Sociologia clássica teria marginalizado o corpo, enquanto objeto de estudo. Tratando o mesmo apenas enquanto substrato biológico. Segundo Turner (idem), tanto Karl Marx (1818-1889), como Emile Durkheim (1870-1917) e Max Weber (1879- 1920) teriam desenvolvido suas respectivas

16 Essa é nossa interpretação, feita a partir da leitura de Mauss (2003).





perspectivas sociológicas a partir de categorias como “consciência”, “solidariedade” e “ação social”, relegando ao corpo um papel secundário. Diante deste processo, Turner se propõe a recuperar o corpo enquanto fenômeno social, pois compreende que o mesmo é essencial para se entender fenômenos como os da ação social e os do poder. Por isso, propõe a superação da dicotomia até então existente nas Ciências Sociais entre mente e corpo.

Assim, o autor aponta que o corpo não é só natureza, mas natureza transformada pelo homem (sociedade), ou seja, corporeidade. Um processo individualizado e coletivo – necessário de ser compreendido por uma teoria social que busque perscrutar a sociabilidade -, ou seja, a

fraternidade que surge das trocas progressivas e constantes entre agentes corporificados que se esforçam para satisfazer suas necessidades e desejos dentro do denso mundo cotidiano da camaradagem, que constitui os hábitos da pessoa dentro do mundo mais amplo das instituições (Turner 1989, p. 20).

Questões envoltas pela interconexão que, segundo o estudioso, existe entre biologia e sociedade e que abarcam categorias como: Enfermidade, saúde, desejo, necessidade. Todas passíveis de ligação para com o tema do controle dos corpos. Tema político por excelência. Por isso, e para nosso autor, é através dos corpos – moldados pelas culturas e estruturas sociais – que as sociedades constroem suas normas e relações de poder. Daí que as sociedades devem ser compreendidas como “tentativas institucionalizadas de conciliar o caráter individual do desejo, que se centra em nossa corporeidade, e as exigências da reciprocidade cotidiana em termos de troca e interação social” (Turner 1989, p. 21). Ainda nesta direção o autor afirma que não é fortuito o fato de os corpos serem, ao mesmo tempo, a base de nossas identidades individuais e o alvo central do controle burocrático e médico¹⁷.

Já autores como Corbin, Courtine e Vigarello (2009) durante o século XX o corpo passou do anonimato para a exposição excessiva, por meio do triunfo da imagem e da valorização crescente direcionada, por exemplo, aos corpos magros. Na mesma direção, o

17 O saber médico tem se apresentado como extremamente relevante para que se analise o tema dos corpos. Saber que tem atuado de forma crescente, no que se refere aos protocolos e normas usadas/direcionadas aos corpos (saudáveis e não saudáveis, normais e anormais etc).



avanço das tecnologias médicas (tais como as envoltas pelo desenvolvimento da anestesia) modificou a relação que passamos a ter com a dor; e a liberação sexual fez com que se experimentasse, de forma crescente, o prazer. Feitos que teriam tornado o corpo o lugar da experimentação pessoal no século XX. Ainda nesta direção os autores mostram que os corpos, na modernidade, passaram a ser fragmentados, ou seja, disputados por saberes como os advindos do olhar médico (por meio da realização crescente de exames, da manipulação de órgãos etc); e do olhar advindo da propaganda (por meio de peças publicitárias que, cada vez mais, utilizam símbolos relacionados aos corpos). Tornando estes mesmos corpos objetos acessados por recursos tecnológicos e representações sociais.

Em suma, para os autores em tela o século XX teria abarcado mutações por parte dos olhares que, cada vez mais, se debruçaram por sobre os corpos. Abrangendo temas como relação entre saúde e doença; corpo normal e corpo deformado; vida e morte etc. Em grande medida – e insistimos nesta questão, aqui, devido a sua relevância –, a partir do olhar médico, disposto diante de sociedades cada vez mais medicalizadas.

Do ponto de vista do que podemos chamar de construção social dos corpos, na modernidade, autores como Michel Foucault (1976), Boltanski (1984), Kogan (1993) e Martinez-Barreiro (2003) nos ajudam a identificar os usos sociais destes corpos e o fato de os mesmos serem objeto de interesse e intervenção de formas de saber e de relações de poder. Como, de certa forma, já analisado aqui.

A partir dos autores em tela é possível afirmar que a internalização das técnicas corporais, como já afirmara Maus (2003), se dão a partir do caráter coercitivo das normas sociais e do papel da autoridade social. Boltanski (1984), por exemplo, nos ajuda a compreender que cada classe social adquire um certo *hábitus*, ou seja, certas disposições comportamentais/corporificadas, assimiladas a partir do grupo social de pertencimento. Neste sentido, há uma introjeção, uma internalização (nos corpos/comportamentos) do exterior (das normas, regras, valores sociais).





O autor (Idem, 1984) ao analisar a relação que se estabelece entre médico e pacientes, aborda o fato de que àquele não lida apenas com o corpo dos pacientes, do ponto de vista biológico; mas também a partir da relação que se estabelece, entre ambos, diante da maior ou menor aproximação dos mesmos, do ponto de vista de suas classes sociais. O que envolve a fala, a gesticulação etc. Tudo isso age na direção de consolidar uma imagem, maior ou menor, de prestígio/poder por parte do médico diante de seus pacientes.

Da mesma forma, e ainda para Boltanski (1984), o tratamento social dado ao corpo depende, também, da classe social dos sujeitos. Coisas como autopercepção e cuidados são mais atinentes aos membros das classes mais abastadas economicamente. Isto porque os membros das classes menos privilegiadas – economicamente falando -, não raras vezes não podem se dar ao luxo de perderem um dia de trabalho, de modo a irem ao médico. Assim, para nosso autor (Idem), elementos como posição social, nível de escolaridade, tipo de trabalho influenciam a forma como os sujeitos percebem, cuidam, se utilizam de seus corpos.

Michel Foucault (1976), por sua vez, desenvolve uma leitura que coloca os corpos no centro do olhar filosófico/sociológico que desenvolve. Isto porque apresenta uma discussão a partir da qual analisa de que modo formas de saber e regimes de poder (institucionais, tais como os encontrados nas prisões, escolas, fábricas, manicômios, quartéis, etc), desde a modernidade, fabricam corpos/sujeitos. Deste modo, para Foucault (Idem, 1976), os sujeitos são produzidos historicamente e geograficamente, a partir da junção de formas de saber e de poder (o que chama de regimes disciplinares). Formas de exercício do poder que atuam por sobre a individualidade (por meio da anátomo-política) e por sobre as populações/grupos sociais (por meio da biopolítica). A primeira, por meio das formas de exercício do poder, ou seja, da visão hierárquica, da sanção normalizadora e do exame. Formas de exercício do poder que agem de maneira capilarizada, socialmente, e que acompanham os indivíduos em suas trajetórias de vida, analisando os mesmos, julgando os mesmos¹⁸, enquadrando os mesmos em uma grade hierárquico/institucional. A segunda por meio de políticas públicas que, a partir de

18 Por exemplo, a partir de parâmetros competitivos, entre perdedores e vencedores, entre inteligentes e incapazes etc.





estatísticas e de uma topologia que enquadra a vida (a saúde, a doença) em formas de estruturação de poder estatal (as campanhas de atuação estatal – muitas das vezes angariadas por meio da área da saúde - diante de determinados grupos sociais), traz para a esfera de ação política àquilo que passa a ser visualizado como a sociedade.

Assim, os corpos passam a ser o centro das atenções/ações institucionais e dos jogos de verdade (discursos em torno do normal e do anormal; do certo e do errado; do bem e do mal etc), que buscam legitimar e exercer suas crenças e atitudes por sobre os indivíduos e grupos sociais. Produzindo ou buscando produzir, os mesmos, em determinadas direções, esperadas.

A obra de Foucault (1976), portanto, abrange um olhar que nos faz analisar o corpo enquanto foco central da análise sociológica. Mostrando que é por meio deste que conseguimos ler as engrenagens do poder; ancoradas, por sua vez, em formas de saber tais como os advindos do campo do Direito, do Campo das Ciências Humanas, mas também e principalmente, do saber médico. Compondo elementos que buscam subjetivar (produzir determinados tipos de sujeitos) na história, desde a modernidade. Projeto, ainda para Foucault (Idem), que não se dá a partir da existência de nenhum tipo de projeto teleológico, mas ancorado em formas humanas, em constante disputa. Portanto, dentro dos jogos de poder existentes, se configurando de maneira agonística, temporalmente e contingencialmente.

Já Kogan (1993) alude para o fato de que

A fines de la década del sesenta se produce un importante esfuerzo teórico para confrontar las propuestas neoevolucionistas que indicaban la inevitabilidad y trascendencia biológica en el establecimiento de las diferencias entre los sexos. Las nuevas propuestas -especialmente esbozadas por feministas- aducían que la cultura moldeaba desde el nacimiento a hombres y mujeres determinando ello sus comportamientos diferenciados. La base empírica que sustentó esta nueva posición tuvo dos fuentes. La primera estuvo constituida por estudios antropológicos uansculturales como los de Margaret Mead, George Mwdock, Levi Strauss, Stanislav Mahnowski y Ralph Linton, realizados alrededor de los &os 30 1. La segunda fuente, la consti- tuyeron las investigaciones con individuos hermafroditas, con genitales -dos o con severos ddrdenes endocrinos, realizadas por los psiquiatras John Money, Joan y John Hampson, Robert Stoller y Roben Sears a inicios de los &os 60 2. Si bien en la actualidad, existen duras críticas hacia las

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





metodologías empleadas en las investigaciones antropológicas y psiquiátricas mencionadas, debemos puntualizar que constituyeron un importante soporte empírico para la construcción teórica de la categoría <género> (Kogan, 1993, p. 35-36).

Por meio da frase acima colocada podemos observar que a autora analisa como o corpo humano é modelado por estruturas sociais e culturais; para além da base biológica. A discussão da autora se dá, nesta direção, mais voltada ao tema de gênero, ou seja, da produção social/cultural de homens e mulheres. Assim, explora a relação que se dá entre identidade biológica e construção social, por meio de elementos como o da construção da valorização e da percepção relacionadas aos corpos, feita a partir da hegemonia burguesa e dos processos históricos que colocaram estes mesmos corpos em evidência; para além de serem usados/visualizados apenas como força de trabalho (o *homo faber*). Deste modo, Kogan (1993) analisa o fato de que os processos de socialização de homens e mulheres são atravessados, desde que estes têm tenra idade, por convenções distintivas (formas de se vestir, atividades a que podem se dedicar etc). O que faz com que cada um adquira certas formas de ser e tomem as mesmas como parte ‘natural’ de suas identidades. Nesta direção, a autora alude que homens e mulheres foram/são produzidos historicamente – do ponto de vista do gênero – a partir de determinadas conformações estéticas. Para os homens, existe a valorização da força física, incentivada por meio da prática de esportes, por exemplo. Para as mulheres, foram elaboradas formas de tabu e excessiva atenção dada à aparência. Algo que desde o final do século XX, início do século XXI, vem adotando novas perspectivas e tensionamentos.

Martinez-Barreiro (2004, p. 127) dialoga com as questões que envolvem o que chama de “socialização da natureza”, ou seja, o fato de que o corpo deixou de ser visto apenas por meio de uma realidade biológica, passando a ser um produto cultural e um signo de distinção social, na modernidade. Assim, a autora entende que o corpo nas sociedades contemporâneas não é algo dado de antemão, mas um projeto colocado aos indivíduos; que devem cuidar do mesmo, trabalhar sobre o mesmo, modelar o mesmo, apresentar o mesmo aos demais. O

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





corpo, assim, se torna objeto de consumo e signo de identidade pessoal. A autora, ainda, aponta na direção de mostrar que na contemporaneidade se desenvolveu exponencialmente o interesse por temas como saúde, fitness, estética, moda. Elementos que transitam ao redor dos corpos, transformando os mesmos em um capital simbólico. Outrossim, e diante do crescimento da mercantilização e do modo de produção capitalista os corpos passaram a se alinhar a lógica do consumo, adotando a linguagem do status, da distinção de classe social. O que faz com que os corpos tendam a reproduzir as estruturas de classe, por exemplo, por meio do formato corporal (altura, peso, cor, capacidade de se movimentar com mais ou menos leveza etc). Tomando lugar central na sociabilidade.

Ademais, Martinez-Barreiro (2004) também chama a atenção para as questões de gênero, ao anotar que

Tal como arguye McNay (1992), no sólo el género es la diferencia más fundamental entre los cuerpos, sino que el poder no es equitativo respecto a los cuerpos femeninos y los masculinos: la dominación patriarcal del cuerpo de la mujer. Dentro de la concepción política del cuerpo, pero desde la teoría feminista, diversas autoras han realizado una crítica a la utilización del cuerpo de las mujeres como objetos, signos y mercancías en la sociedad actual. Simone de Beauvoir, en su libro *El segundo sexo*, denuncia la manipulación del aspecto físico de la mujer y su utilización como «objeto erótico ideal». Entre nosotros, Ángeles Duran (1988) ha estudiado la discrepancia genérica en el conocimiento y uso del propio cuerpo. El cuerpo es, por excelencia, lugar de cultura, de socialización, con normas distintas para cada uno de los géneros. Tal como señala la autora, «las normas que se refieren al campo de las mujeres son más estrictas y móviles que las referidas al cuerpo de los hombres, precisamente por su definición cultural de cuerpo/objeto o cuerpo deseado». El cuerpo de las mujeres debe ser bello y al mismo tiempo fértil; es, sobre todo, un cuerpo para los demás. Aunque actualmente este modelo ya no es el único existente; ahora sedan, junto a este modelo tradicional de mujer, sobre todo en las generaciones más jóvenes, otras normas de comportamiento caracterizadas por el individualismo y la búsqueda del bienestar personal. Asimismo, el movimiento feminista ha desarrollado una reflexión sobre el cuerpo de la mujer objeto de represión, de escándalo, de explotación, y sobre los mitos de impureza en la mujer desde el cristianismo y el judaísmo. En este sentido, desde algunas corrientes feministas se reivindica la elaboración, por parte de las mujeres, de un nuevo lenguaje corporal (Irigaray, 1977, 1992). (Martínez-Barrero, 2004, p. 133-134)





É possível ver que diversos aspectos relacionados ao corpo são trabalhados pela autora. Podemos acrescentar, aqui, a leitura que aponta para o fato de que a construção social dos corpos está em transformação constante, uma vez que depende dos elementos culturais e materiais que o tangenciam. Ademais, fica claro na leitura do texto que a aparente liberdade individual existente no contemporâneo, relacionada aos usos dos corpos, está fortemente atrelada, por outro lado, aos mecanismos de poder existentes, aos mercados, às estruturas sociais predominantes.

Por meio das leituras efetuadas fica notório o fato de que o corpo é um elemento digno de análise sociológica. Entendemos, da mesma forma, que um tema como o da educação/formação policial é passível de ser analisado a partir de um estudo dos corpos policiais em formação. Isto porque esta formação se dá, normalmente, dentro de Quartéis ou Companhias de Polícia Militar (que adotam uma forma respectiva, em termos culturais/simbólicos); a partir de um regime formativo que é embasado, via de regra, no formato de internato e ou na possibilidade de os alunos/policiais em formação ficarem ‘detidos’ e ou necessitarem desenvolver certas atividades, na instituição formativa, nos finais de semana. Da mesma forma, os policiais militares em formação passam por um período prolongado de tempo (entre 9 e 10 meses, em média), em formação, após aprovação no concurso, participando de aulas ministradas aos mesmos nos períodos matutino e vespertino. Por meio destas aulas os policiais em formação têm acesso a disciplinas que vão, em grande medida, lidar com questões jurídicas; técnico-operacionais; ligadas a aspectos socioantropológicos e históricos; bem como voltados à administração estatal.

De todo modo, é mister apontar que durante os meses de formação os alunos/policiais militares recebem influência, tanto por parte do que as disciplinas, em termos de conteúdo, apresentam aos mesmos; quanto da ambiência marcial, militarizada, que circunda todo o processo formativo. Corpos, portanto, que são ‘disputados’ por distintos saberes e por respectivas formas de exercício de poder, institucionais, que tendem a influenciar poderosamente a formação profissional dos mesmos. Assim, os corpos policiais militares, em





formação, sofrem pressão formativo-attitudinal constante. São, por isso mesmo, fonte de intervenção técnica, cultural, institucional. Corpos que acabam sendo produzidos, seja por meio: **1)** Das vestimentas que passam a usar, desde o início dos cursos de formação; **2)** Da postura attitudinal que tendem a desenvolver e que envolve, não só, formas de saber escolarizados; mas advindas de valores posturais ('jargões' 'estereótipos') que passam a incorporar; **3)** Das companhias que acabam estabelecendo e que giram, em grande medida, ao redor do curso formativo e do que está sendo assimilado, a partir do mesmo; **4)** Das referências (figuras de autoridade) que passam a ter, em termos de perfil profissional a ser adotado.

Sendo assim, fica claro que estudar a formação de policiais militares, por meio da categoria corpo, é viável e possibilita a análise de diversos fatores que influenciam na formação destes profissionais. Mas avancemos no olhar acerca do corpo, de modo a ampliarmos nossas leituras voltadas aos estudos passíveis de serem feitos, em termos da formação de policiais. Faremos isso por meio de uma análise que leve em consideração a questão dos corpos diante da anátomo-política e da biopolítica.

Corpos policiais, militares, em formação: Da anátomo-política à biopolítica

Para Bianchi (2014), a evolução do conceito de biopolítica, ou seja, as ações que os Estados desenvolvem por sobre grupos populacionais, direcionadas à saúde, higiene, natalidade etc - desde Foucault, filósofo que desenvolveu tal conceito na direção de mostrar que a vida das populações, por meio da biopolítica, passa a fazer parte das preocupações políticas, diante de estratégias de poder e de controle que passam a se desenvolver na modernidade -; atingiu o início do século XXI, por meio de apropriações que parecem expandir o alcance do mesmo na direção de diversos objetos empíricos. Se não, vejamos:

A la vez, el concepto de biopolítica en Foucault ha dado lugar a dos líneas principales de recepción: desde la filosofía social y la teoría política

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





(enfocándose en la modalidad de la política), y desde la sociología de la ciencia y la medicina, y la antropología cultural, junto con las teorías feministas y los estudios de género (interesándose en la sustancia de la vida). La primera línea se interroga acerca de cuestiones como el fundamento de la biopolítica y la movilización de fuerzas contrapuestas que suscita, o la distinción histórica y analítica entre formas de representación y articulación política¹. La segunda línea surge como resultado de los desarrollos biotécnicos, merced a los cuales el cuerpo viviente es entendido como un texto a leer y a re-escribir. La pregunta por la biopolítica en estos casos se posiciona de un modo diferente: acerca de cuál es el significado de la vida al interior de una constelación político-técnica (Bianchi, 2014, p. 222).

Da mesma forma, a autora (Idem), desenvolve análises que levam em consideração teorias advindas da Sociologia da Saúde, de modo a perscrutar temas ligados a processos de medicalização social crescentes; bem como o papel relevante que os diagnósticos advindos do campo médico têm adquirido no contemporâneo. É o que podemos ver a partir da seguinte frase:

Lo antedicho posiciona a las tecnologías biomédicas como elemento relevante en torno a las reflexiones actuales acerca de la biopolítica. La tecnología surge como concepto decimonónico, oriundo de la industria química, y se refiere a los conocimientos científicos aplicados a la producción de mercancías. En este sentido, es diferente de la técnica, asociada a la idea de conocimientos adquiridos por la experiencia, y que se ponen al servicio de la transformación de una cosa o proceso (Murillo, 2012). Las tecnologías avanzan en dos vectores, ya que como conocimiento científico son aplicadas “al desarrollo de mercaderías y a la constitución y gobierno de sujetos” (Murillo, 2013, p. 45 apud Bianchi, 2014, p. 224).

Deste modo, a análise desencadeada pela autora, que leva em conta o conceito de biopolítica para pensar a produção/controlar de sujeitos/populações na contemporaneidade, desenvolve suas abordagens – com a ajuda de autores(as) que cita – em torno do tema da saúde e das tecnologias. Sendo assim, mostra que temas como diagnósticos por imagem (PET3, SPECT4, NMRI5, raios-X); provas genéticas; cirurgias de transplante ou reconstrução de órgãos; maquinarias para respiração mecânica; diálises; transfusões; próteses; marcapassos etc, passam a fazer parte da vida social. Diante disso, e citando autoras como Rose (1998), Bianchi (2014) aponta que as tecnologias produzem e enquadram os seres humanos como





tipos de entidades cuja existência é simultaneamente possibilitada e governada por sua organização dentro de um campo tecnológico. Assim, ao discutir o tema das tecnologias - a partir de seus interlocutores -, a autora aponta que estas mesmas tecnologias, entretanto, têm histórica. Que as mesmas agem por sobre nossas leituras acerca do que consideramos humano; bem como sobre nossas noções de normalidade e patologia. Sendo, ainda, implicadas por questões econômicas e sociais. Não sendo, portanto, neutras (uma vez que atendem a objetivos médicos, políticos e econômicos). Além do mais, ao redor das tecnologias existem variáveis sociais que incluem valores e restrições culturais, trajetórias históricas específicas etc.

Do ponto de vista da saúde mental, a autora, com a ajuda de Rose y Abi-Rached, (2013) e Ortega (2010), adverte que:

Las tecnologías biomédicas tienen un rol fundamental en la definición y tratamiento de los padecimientos mentales; muestra de ello son los avances en las neurociencias, cuya expansión en las últimas décadas obedece, en buena medida, al desarrollo de nuevas tecnologías de imágenes que posibilitan el acceso al cerebro (Rose y Abi-Rached, 2013; Ortega, 2010 apud 2014, p. 226).

Assim, a discussão levada a efeito pela estudiosa mostra como as tecnologias biomédicas têm influenciado, cada vez mais, o corpo e a vida humana. Redefinindo as próprias concepções/olhares sobre ambos. Ademais, a autora faz uma importante discussão sobre os conceitos de governo e de governamentalidade. Este último criado por Foucault para trabalhar com:

la genealogía histórica de los modos de gobierno liberal y las tecnologías de poder, incluyendo como marco de comprensión de los problemas y soluciones al mercantilismo, el liberalismo del laissez-faire, el liberalismo del Estado de bienestar, el ordoliberalismo y el neoliberalismo. A su vez, el concepto de gobierno tiene en Foucault un sentido estrecho y uno amplio. El estrecho remite a la conducción de las conductas, a la forma de actividad orientada a moldear, guiar o afectar la conducta de las personas. El sentido amplio refiere al gobierno como actividad que concierne tanto a la relación del yo consigo mismo, como a las relaciones interpersonales privadas que involucran formas de control o guía, relaciones con instituciones sociales y comunidades, y también a las relaciones atinentes a la soberanía política (Gordon, 1991). La gubernamentalidad se manifiesta en una doble dimensión microfísica y macrofísica del poder, en una

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





duplicidad que traza una modalidad analítica análoga a la realizada en el análisis del biopoder, al designar formas de poderejercidas tanto sobre personas específicas en su calidad de seres vivos, como en los sujetos en tanto miembros de una población.(Bianchi, 2014, p. 230-231).

Ou seja, na governamentalidade formas de governo de si e formas de governo dos outros passam a conjurar um outro modo de exercício do poder social: que junta o poder soberano com o poder disciplinar. Deste modo, temos formas de governo que ainda se utilizam do poder soberano, embasado na força e no peso restrito da Lei; mas também da norma disciplinar, que enumera, conjura, compara, baliza, controla/conduz a própria vida. Em grande medida, como já afirmado aqui, por meio do saber médico. Pelo fato de que este, desde o século XIX, operar

como nexo, como correa de transmisión entre procesos que involucran al cuerpo individual y al cuerpo de la población. La medicina además actúa como técnica política de intervención, y produce sus propios efectos de poder –tanto disciplinarios como regularizadores-. De esta organización argumentativa deriva la noción de biopoder, como la forma de poder que en el siglo XIX tiene a la vida como blanco de su ejercicio, abarcando la superficie que va “desde lo orgánico hasta lo biológico, desde el cuerpo hasta la población, gracias al doble juego de las tecnologías de disciplina, por una parte, y las tecnologías de regulación, por la otra” (Foucault, 2000: 229). La biopolítica es entendida como forma específica de ejercicio del poder, orientada a la vida, que tanto histórica como analíticamente presenta las dos dimensiones antedichas, de disciplinamiento del cuerpo individual y de regulación de la población. La combinatoria de estas dimensiones operó como premisa para el establecimiento del capitalismo de los Estados nacionales, creando cuerpos productivos económicamente, útiles militarmente y obedientes políticamente (Bianchi, 2014, p. 236)

Cabe destacar, ainda, para nossa discussão, que Foucault (1995) desenvolve, também, o conceito de dispositivo da sexualidade, mostrando que o sexo - no ocidente, desde a modernidade – passou a ser estudado, analisado, administrado por meio de um emaranhado de discursos, normas, prescrições, olhares. Um complexo conjunto de leis, normas, saberes, regulamentações que se acercam do tema do sexo, regulando o mesmo. Deste modo, para Foucault (Idem), na modernidade não existe o que a Psicanálise e o Marxismo afirmavam, ou

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





seja, que o sexo era reprimido. Para Foucault, ao contrário, o mesmo passa a ser cada vez mais estudado, analisado, prescrito a partir de normas, saberes, formas de poder. Assim, cresce o interesse pelo sexo, no ocidente, na modernidade. Da mesma forma, o mesmo passa a ser visibilizado, controlado/conduzido. O que Foucault vai chamar de *scientia sexualis*. O que nos leva, uma vez mais, ao tema do corpo e da vida; bem como das formas crescentes de controle que se desenvolvem, desde a modernidade, por sobre os mesmos. Colocando, cada vez mais, o saber médico no centro do processo de controle/estimulação da vida. Isto porque o saber médico se coloca entre o controle anátomo-disciplinar (que se dá em direção ao corpo individual) e o poder desencadeado via biopolítica (que se concentra no controle das populações).

Por meio das leituras acima desencadeadas podemos observar o crescimento das formas de exercício do poder por sobre indivíduos e populações, na modernidade. Modernidade que criou as polícias (para o controle interno, dentro dos Estados-nação); e os exércitos profissionais (para defesa nacional, contra invasões externas). Estado-nação que passa a ser a forma sociopolítica de organização social e que, por meio de estatísticas e com o apoio de saberes epidemiológicos, passou a monitorar, controlar a população sob sua administração.

O que nos leva ao tema das polícias. Uma das formas privilegiadas de instituição das políticas públicas adotadas na modernidade. Forma de instituição da biopolítica e ou da gestão dos corpos individuais/populacionais. Corpo soberano que busca disciplinar comportamentos, aplicar a lei e capilarizar socialmente a presença do Estado. Sendo assim, os corpos policiais são elementos de suma importância, no sentido da estruturação dos Estados-nação modernos. Como são formados estes corpos? Que saberes e formas de poder atravessam os mesmos? Em que direção? Como aprendem a olhar para a população nacional? Se o seu trabalho passa, necessariamente, pela possibilidade de se utilizarem da força, se necessário for, para preservar a ordem social, como desenvolvem essa capacidade? Como capacitá-los a transpor o limite de uso da mesma, no cotidiano de trabalho, atravessado por vários tipos de situação?





Com as perguntas acima vemos que a discussão sobre a polícia, os corpos policiais, é pertinente e pode ser discutida, de forma rica, a partir das contribuições advindas de uma Sociologia do corpo. Que parta da infraestrutura fundamental de todos nós (nossos corpos), para compreender os processos de produção de sujeitos, no contemporâneo. Até porque esta produção é atravessada/disputada por regimes de verdade que buscam legitimar formas específicas de indivíduos. Indivíduos que, conforme apontou Candiottto (2011)¹⁹, são influenciados pelo discurso neoliberal e buscam ser empresários de si mesmos. Deste modo, uma cultura do empreendedorismo, da competição, da meritocracia, se impôs desde a globalização. Desde os anos 1990. Diante disso podemos nos perguntar: De que modo este ‘espírito do tempo’ tende a atravessar os corpos policiais, militares, em formação, na forma como estes aprendem a olhar para os cidadãos e ou para si mesmos? De que modo olham para cidadãos, nas ocorrências? A partir de filtros ideológicos que – à priori -, incitam ou não os policiais a se utilizarem de mais ou menos força diante dos mesmos, a partir das diversas formas de crivo social existentes: Status, cor da pele, classe social, forma de sexualidade apresentada etc? Como lidam com os cidadãos, portadores de diferentes status sociais?²⁰

As perguntas colocadas acima, embora pareçam intrusivas diante do tema da educação e do trabalho policial, o foram porque sabemos que todos nós, sujeitos sociais, desenvolvemos determinados tipos de preconceito nas sociedades em que vivemos. Todos aprendemos a olhar

19 Autor utilizado, aqui, de modo a nos ajudar a mostrar os regimes de verdade, ou seja, as práticas discursivas que subsistem no interior de formas de organização social e que buscam projetar formas esperadas de seres humanos. Exemplo: Nas sociedades capitalistas do contemporâneo, embasadas na perspectiva financeira, flexível, que se desenvolveu nas últimas décadas, no Ocidente, que tipo de ser humano é idealizado, esperado? Àquele que age como empresário de si (buscando constantemente formação, ser competitivo, se destacar, ser um vencedor); àquele que tende a buscar contar apenas consigo mesmo, no interior de um mundo onde todos competem com todos e que parece não haver lugar para todos; que investe em si mesmo, por isso mesmo, enquanto marca - o que inclui manter a jovialidade, a agressividade competitiva constante, a propaganda de si - etc. Daí muitos afirmarem, hoje, que parecer ser é melhor do que ser.

20 Uma coisa é atender a um homem, branco, trabalhador, heterossexual, católico! Àquele que encarnou o que alguns tendem a chamar de ‘cidadão de bem’! Outra coisa é atender a um indivíduo ou grupo de indivíduos que se diferenciam destas características! Embora a lei diga para se atender a todos, da mesma forma, se sabe que a vida social – e cada um de nós – é atravessado por inscrições culturais, econômicas e sociais que nos fazem ‘encarnar’ formas de sermos humanos. Que são lidas, socialmente, a partir de filtros. Filtros que se apresentam a partir dos corpos, e não por meio da letra fria da lei.





para o social, para nós mesmos e para os demais, a partir de filtros, ou seja, de determinadas ‘verdades’ que foram em nós introjetadas. É por isso que afirmamos, categoricamente, que todos nós somos preconceituosos. Aprendemos a ser quem somos justamente por conta de contextos sociais, culturais, onde estamos situados. Desenvolvendo, inevitavelmente, estranhamento diante daqueles que agem diferente e ou que apresentam certas características distintas. Por isso, embora a afirmação que aponta que: “Não devemos ser preconceituosos!”, seja importante e apresente algo fundamental, ou seja, que devemos nos respeitar, independente de nossas características físicas, sexuais, religiosos, de classe etc; o fato é que esta mesma frase não é suficiente para mudar nossas atitudes, historicamente incorporadas. É preciso um trabalho que nos desloque do lugar comum, de modo a olharmos ‘de fora’ para o que nos constituiu historicamente. Assim, poderemos ressignificar certas formas de compreensão do mundo, por nós aprendidas.

O mesmo pode ser dito para os policiais militares em formação. O que, no caso dos profissionais da segurança pública, se torna ainda mais dramático e urgente de ser levado em consideração, uma vez que a depender da forma como olham para o mundo, para as pessoas, assim agirão em relação a elas. Não bastando o conhecimento das leis para que a ação policial – e, aliás, a de qualquer outro profissional – seja enquadrada sob parâmetros democráticos/civilizatórios. A incorporação de valores, crenças, atitudes, feita de forma gradual/histórica é mais potente, do ponto de vista da produção de sujeitos, do que podem as leis. Por isso, ambas as instâncias precisam ser levadas em consideração nos cursos de formação policial, militar. Daí salientarmos que tanto os elementos que conformam a esfera anátomo-política, quanto a biopolítica, ocupam importância e presença nos cursos de formação policial. Sendo, ainda, interligadas. Se não, vejamos alguns exemplos de questões atinentes ao campo educativo, policial, adstrito à esfera anátomo-política e à esfera biopolítica. Até como forma de mostrarmos de que modo se relacionam com a educação/formação policial, implicando em questões que podem ser lidas a partir dos corpos





policiais, em curso; e ou a partir dos impactos que exercem nos corpos policiais, em formação.

Algumas questões atinentes à esfera anátomo-política:

1) Podem ser realizadas por estudos voltados à disciplina corporal/formativa do sujeito profissional, policial, em curso. Que rotina é consolidada nos cursos de formação? Que rituais se consolidam durante este processo? No interior de que tipo de instituição? Com que indivíduos/profissionais os alunos convivem, no cotidiano formativo? Quais são as ‘gírias’ usadas no cotidiano formativo? O que traduzem? Que tipo de vestimenta utilizam? Que rituais adotam? A educação/formação é performatizada por meio de que valores? Que postura/atitude os corpos precisam adotar (higiene, uso de adereços etc), nos cursos de formação? O que falam os alunos, acerca destes cursos? Há algum tipo de relação/tensão existente entre valores pessoais (religiosos, políticos) de alunos e os valores institucionalmente propagados? Que tipo de treinamento recebem os alunos/policiais, em termos de uso da força, do ponto de vista da defesa pessoal, policial²¹? Do ponto de vista do uso de equipamentos não letais (têm acesso a espargidores, tasers etc?) Do ponto de vista do uso da arma de fogo?²²

2) Ligadas às questões de gênero: Homens: Nas polícias, notadamente nas polícias militarizadas, elementos como honra, bravura, destemor, são fortemente trabalhados, levando a um tipo de formação em que a farda é sinônimo de capacidade de se produzir ações de força, se necessário for, de modo ao policial realizar seu trabalho. Como isso se conecta com a possível violência atitudinal, policial, passível de ser praticada diante da população atendida

21 Nossa experiência em pesquisa policial nos mostrou que cada estado da federação brasileira se utiliza de um tipo de conhecimento (arte marcial) para as instruções de defesa pessoal, policial. Além do fato de que não é incomum que após o curso de formação os policiais não recebem – institucionalmente – treinamento em defesa pessoal policial. A não ser por meio de exceções e ou por meio da iniciativa de alguns policiais, na direção de - pagando do bolso -, frequentarem academias, como forma de treinarem uma arte marcial e ou alguma atividade esportiva. De modo a não ficarem sedentários (há policiais que, após formados, não perduram na prática marcial, preferindo desenvolver outras atividades físicas como jogar futebol etc). Outrossim, há alguma pesquisa voltada às técnicas marciais que recebem os alunos/policiais em curso, mostrando quais modalidades de artes marciais são mais pertinentes ao uso da força policial?

22 Quantos disparos de arma de fogo perfazem, durante os cursos formativos, os alunos-policiais? Sob que condições/situações? Depois de formados, recebem incentivos (projéteis, espaço gratuito em estandes de tiro), de modo a continuarem seu treinamento em tiro policial?





pela mesma? Esta questão é enfrentada por meio da profissionalização, o que envolve acesso e capacitação para o uso de equipamentos não letais, por parte dos policiais, nas ações diárias? Em que medida esta questão se relaciona, também, com os valores e visões de masculinidade existentes nas instituições policiais? Sendo assim, como é vista a questão da masculinidade, e da masculinidade policial, por parte das instituições policiais? Como são vistas, estas questões, por parte dos próprios alunos-policiais? Em que direção esta masculinidade é trabalhada, no interior dos cursos formativos? Há mudanças em processo, diante deste ponto? Se sim, em que direção? Por meio de que ações? Mulheres: Que visão as instituições policiais têm desenvolvido acerca das mulheres? E das mulheres no interior das polícias? Historicamente as mulheres têm sido minoria nas carreiras policiais (principalmente as militares)²³. Muitas que seguem tal carreira acabam ocupando postos administrativos e ou em determinadas funções, específicas. Se isto é fato, em que áreas têm sido utilizadas? Outrossim, as mulheres que seguem a carreira policial, muito provavelmente, precisam adotar certo padrão postural, institucionalmente esperado. Se sim, qual é este padrão esperado? Como este processo formativo tem sido construído? Em que direção? Por meio de que instrumentos? Como se sentem, nos ambientes policiais, desde a formação, estas mulheres? Há mudanças institucionais/atitudinais ocorrendo, nesta direção? Se sim, por meio de que ações? Quais as contribuições que a presença feminina tem instaurado nas instituições policiais?

3) Trabalhadas por questões que envolvem as sexualidades corporais não hegemônicas, adstritas a corpos que podem frequentar os cursos formativos para a carreira policial, militar²⁴. Que estudos têm sido feitos, nesta linha? Que relação é estabelecida para com estes alunos-policiais, por parte das polícias? Que visões permanecem acerca dos mesmos, no interior das instituições policiais? O que afirmam, estes indivíduos, diante das experiências que têm vivido no interior de instituições policiais? Há mudanças ocorrendo,

23 Apresentada, aqui, não como crítica; mas como constatação.

24 Entendemos que esta é uma questão mais difícil de ser trabalhada, notadamente em instituições militarizadas. Mas é uma questão relevante e presente no tecido social de países como o Brasil já há algum tempo, precisando ser descortinada, enfrentada.





diante desta questão? Se sim, em que direção? Outrossim, como é a relação da população para com estes policiais, após formados? Os mesmos sofrem algum tipo de estigmatização e ou tratamento diferenciado, por parte de parcelas da população, enquanto profissionais? Da mesma forma, que leituras os alunos-policiais fazem da questão LGBTQIA+, ao adentrarem os cursos formativos?

4) Analisadas por questões de etnia-raça. Notadamente nos casos de formação de policiais militares, praças, que são subalternos aos oficiais (estes últimos, formados para o comando das ‘tropas’, no caso das polícias militares). De todo modo, como tem se dado, historicamente, a presença de oficiais negros e indígenas nas polícias militares? Do ponto de vista dos praças, como é recebida esta presença, nas instituições policiais? Existem tensões enfrentadas pelos mesmos, diante das instituições policiais, em termos de rituais/rotinas a serem seguidas, por conta de questões de ordem cultural (religiosas, políticas etc)? Há estudos sobre as relações que se estabelecem entre estes indivíduos e o entorno institucional? Como o mesmo tem se dado, historicamente? No caso dos praças, como é a relação da população civil para com estes policiais, que trabalham nas ruas? Os mesmos são respeitados? São tratados de forma diferenciada, ou seja, sentem que são questionados diante de sua autoridade? Que desafios enfrentam? Como os alunos-policiais veem a questão étnico-racial, ao adentrarem os cursos de formação policial? Há mudanças ocorrendo, diante destas questões? Se sim, em que direção?

Salientamos que as questões colocadas acima foram feitas por se relacionarem – assim entendemos – diretamente com a questão da presença dos corpos dos alunos-policiais, em formação institucional. Questões que vêm sendo trabalhadas e ou que tendem a ser, em futuro próximo, analisadas. De todo modo, vejamos na sequência questões de ordem biopolítica, ligadas ao campo formativo de alunos-policiais. Questões adstritas, de forma mais precisa, ao campo macro social, mas nem por isso menos importantes quando pensamos na questão da relação que possuem para com os elementos que acabam por convergir diretamente nos corpos policiais, via visão institucional e na própria formação policial.





Algumas questões atinentes à esfera biopolítica:

1) A partir do tema da segurança pública. Isto porque a segurança pública é uma tecnologia social predominante, a partir dos séculos XIX/XX, decorrente da modernidade. O que envolveu a conformação dos Estados-nação, com a consequente constituição do campo do controle social (monopólio da força legitimada); da economia liberal (propriedade privada e produção do excedente); do biopoder (gestão da vida e da saúde da população, através de estratégias de poder que surgiram a partir do século XVIII). Embora seja este um tema que abrange as sociedades como um todo, possui órgãos responsáveis – profissionalmente/funcionalmente – por tal tarefa: As polícias. Diante disto, e sabendo que a democracia não é um regime político para todo o sempre garantido, que grau de estabilidade e ou de consolidação do Estado-nação, em termos democráticos, existe no país em determinado momento histórico? Como esta maior ou menor estabilidade institucional, democrática, se relaciona – via documentos, por exemplo – com o campo da segurança pública? Com as polícias e com os cursos de formação policial? Que visões de segurança pública subsistem, nos diferentes governos?

2) A partir da questão funcional/profissional das polícias. A polícia é o único grupo social, legitimado internamente/socialmente, no sentido de trabalhar para a garantia da ordem e da paz social (no capitalismo, em grande medida, ao redor da defesa da propriedade); podendo se utilizar da força, se necessário for, para tal. O conceito de uso legítimo da força abrange uma complexidade atitudinal, pois evoca, por um lado, a possibilidade de a sociedade usar a força contra ela própria; e, por outro lado, a necessidade (dada pela própria população, a partir de elementos de sensibilização diante da dor, do sofrimento, da dignidade humana – ancorada em campos como os que transcorrem ao redor dos Direitos Humanos –, desde a modernidade), de que esta força, seja usada, ocorra dentro de limites e de uma proporcionalidade. Daí questões como: Como ser um profissional da força, sem ser violento? Isto passa por treinamento constante, acesso a meios para o uso proporcional da força (meios não letais, e letais). E por uma formação, do ponto de vista de uma polícia cidadã. O que nos





leva ao tema da segurança cidadã. Mas, antes: Quais são os documentos (Decretos, leis etc) que direcionam a questão do treinamento para o uso proporcional da força? Que modo estes documentos, em existindo, são internalizados/usados pelos respectivos estados (uma vez que polícias militares e civis estão ligadas aos governadores)? De que forma estas leis chegam a ser instrumentalizadas, do ponto de vista institucional, via cursos de formação profissional?

3) A partir da questão da segurança cidadã: Segurança cidadã é àquela que coloca o cidadão no centro, promovendo a participação social e a prevenção da violência e da criminalidade através de ações que vão para além do aspecto repressivo, ao focar na criação de um ambiente social embasado na convivência pacífica (amparada nos direitos constitucionais, a serem garantidos). Elemento central, ao se falar em segurança pública a ser aplicada em um Estado Democrático de Direito. Todavia, uma complexa, em termos de ser realizada em países como o Brasil, que de “525 anos de história”²⁵, viveu 388 anos sob a égide da escravidão. País que instituiu suas polícias, desde o Império, enquanto aparato de defesa da corte e não da população. Que manteve uma sociabilidade ao derredor de privilégios herdados desde a colonização (embasada no patriarcado e na relação que envolveu/envolve a ‘casa grande’ e a senzala’, conforme apontaram sociólogos como Gilberto Freyre (2003)). Daí a questão da segurança cidadã apresentar desafios, em uma sociedade como a brasileira. Necessitando de constante discussão/enfrentamento. O que nos leva ao próximo nível de discussão, em termos de biopolítica. Mas, antes, as questões: De que modo tem sido vista a função policial, militar, no Brasil, nos diferentes momentos históricos? Como as policias se veem, diante destas mudanças? Com que perfil atitudinal mais se sentem próximas? Como os policiais relatam a relação que as diferentes classes sociais, grupos sociais/políticos estabelecem com eles? Há formas de assédio? Tentativas de suborno, etc?²⁶

4) A partir da questão colocada para a Segurança cidadã e seu desafios, em termos de biopolítica: O trabalho policial é expressão da cultura nacional, portanto, é influenciado pela

²⁵ Pensadas, aqui, a partir da chegada dos europeus.

²⁶ Não foi objetivo deste trabalho fazer uma retomada da bibliografia que tenha trabalhado com esta e outras temáticas, aqui suscitadas. Mas é sabido que este tem sido um tema trabalhado na literatura sobre segurança pública e policial, no Brasil..





capacidade civilizatória existente no país onde exerce sua função. Um país mais civilizado, menos refém de desigualdades estruturais, culturais, econômicas etc, tende a ser menos violento e corrupto²⁷. Todavia, do ponto de vista deontológico-normativo-formativo, é preciso levar em consideração a importância de se olhar para – e avançar diante de – documentos como a Matriz Curricular Nacional, referendada em 2014. Isto porque a Malha Curricular é um referencial teórico-metodológico voltado a orientar as ações formativas – inicial e continuada – dos profissionais da segurança pública, independentemente do nível ou da modalidade de ensino que se espera atender. Seus eixos articuladores e áreas temáticas têm norteado os programas e projetos executados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

Em 2005 a Matriz agregou documentos como: as Diretrizes Pedagógicas para as Atividades Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (planejamento, acompanhamento e avaliação das ações formativas); e a Malha Curricular, de núcleo comum, composto por disciplinas com conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, buscando garantir a unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança²⁸. Estas diretrizes têm sido ‘incorporadas’ pelos estados?²⁹ Pode ser acrescentada, aqui, a questão da aprovação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP/ 2018) que instituiu, dentre outras coisas, a integração dos órgãos de segurança, possibilitando a realização de operações conjuntas, a padronização de dados (sem os quais não há visão estratégica e política pública viável).

Importa registrar, ainda, que a discussão sobre a integração dos órgãos de segurança abarca o tema das polícias penais e das guardas municipais (que, por sua vez, atinge o tema da municipalização da segurança pública: Dos Conselhos Comunitários de Segurança e dos

27 Discussão importante, mas ligada a fatores mais amplos e complexos, que em alguma medida transcendem instituições.

28 Cabe destacar, aqui, que a última malha curricular desenvolvida para as forças policiais com elementos comuns, foi em 2014. Hoje, em 2026, está sendo discutida, junto aos profissionais da segurança pública, a atualização desta malha curricular.

29 A pergunta se dá porque as polícias militares, e civis – como já afirmado aqui –, são atreladas aos governadores de cada estado brasileiro.





Observatórios de Segurança Pública – com participação de policiais e correspondendo a um movimento na direção da formação cidadã). De que modo os municípios têm se apropriado disso? A partir de que ações e instituições? Como as polícias têm participado deste movimento? É possível que se aponte, ainda, para a criação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa social, que propôs: Profissionalizar os policiais (em termos da adoção da educação continuada)³⁰; e lidar com o tema da saúde policial (fundamental para a humanização do trabalho dos agentes do controle social³¹).

À guisa de conclusão

Os desafios da área da segurança pública existem e precisam ser enfrentados. Seja na esfera micro sociológica (anátomo-política), seja na esfera macro sociológica (biopolítica). Eles se fazem presentes, seja do ponto de vista estrutural (que envolve questões como a necessária existência de ambiência formativa adequada; distribuição de materiais adequados e treinamento contínuo, voltado ao uso progressivo da força); do ponto de vista cultural (por exemplo, pelo fato de algumas polícias ainda se encontrarem entre o encanto da farda verde-

30 O tema da educação continuada na polícia nos parece fundamental, uma vez que lida com a necessidade de se investir no profissionalismo policial. Que, como em qualquer função, precisa ser encarada com seriedade. Subsistindo para além das políticas de governo, ou seja, sendo adotada como política permanente, como política de Estado. Como os estados brasileiros vêm lidando com a questão da profissionalização policial, desde 2018? Que cursos têm sido feitos? Para que público? Quais recursos tem sido utilizados? Como tem se dado a parceria União-Estados?

31 O que, por um lado, nos traz o tema do saber médico e ou Psi, para o campo da segurança pública. 'Saber que, conforme apontado neste artigo, só cresce em importância nas sociedades contemporâneas. Poderíamos nos perguntar, a partir deste ponto, em específico: A chegada da questão Psicológica (ou será, predominantemente, Psiquiátrica?) aos ambientes profissionais – e formativos – policiais pode, por um lado, contribuir para humanizar esta formação, ao mostrar que os agentes do controle social são seres humanos, com questões humanas (apresentando estresse elevado diante do acúmulo de situações tensas, que enfrentam no dia a dia; fadiga, diante de horários de trabalho que são extenuantes e ou que, não raras as vezes – no caso dos praças – são entremeados por 'bicos', feitos para que o policial consiga auferir mais ganhos, de modo a sustentar a si e sua família etc), a serem tratadas. E não meros funcionários do Estado, que tal qual 'robôs' devem cumprir funções determinadas. De outro lado, a presença do saber médico (no caso da Psiquiatria), em sendo levada ao extremo, seu uso, pode gerar uma medicalização dos policiais. O que tende a combater, de certa forma, os efeitos dos sofrimentos psíquicos vivenciados pelos mesmos, mas não as causas de seus problemas.





oliva – ou seja, do mundo militar -; e da toga preta – ou seja, do mundo jurídico³²). Entendemos que se pode contribuir com pesquisas que abarquem estes problemas – apontando saídas para os mesmos – a partir da relação existente entre os corpos policiais e os elementos que configuram formas de sujeição (formação) profissional. Esperamos que o artigo tenha contribuído para mostrar este caminho.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michel. **Ideologia e currículo**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

ASSMANN, Hugo. **Paradigmas Educacionais e Corporeidade**. 2ª ed. Piracicaba: Unimep, 1994.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: uma análise internacional comparativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BIANCHI, Eugenia. Biopolítica: Foucault y después: Contrapuntos entre algunos aportes, límites y perspectivas asociados a la biopolítica contemporánea. Universidad Nacional del Centro; **Astrolabio** Nueva Época; 1; 13; 12-2014, p. 218-25. Disponible en: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/7779/10721>

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho Policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BOLTANSKI, Luc **As classes sociais e o corpo**. Rio de Janeiro, Graal, 1984. Parte II: Os usos sociais do corpo, p. 109-185.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

32 O que denota uma condição que, do ponto de vista do Sistema de Justiça Criminal, situa os policiais, praças, na base da hierarquia; e juízes no topo desta mesma hierarquia. Policiais que, em grande medida, não possuem status e maior força, diante das forças existentes e que se situam com maior respaldo institucional (policiais militares - Oficiais – superiores na hierarquia, promotores, juízes); mas que são o primeiro elo de contato entre o Estado e os cidadãos, no cotidiano.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)





CANDIOTTO, Cesar. Cuidado da vida e cuidado de si: sobre a individualização biopolítica contemporânea. **Dissertatio** [34] 469 – 491, 2011. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/dissertatio/article/view/8712>

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Jean Jacques. **História do Corpo**. Vol. 3: As Mutações do Olhar: O Século XX. Petrópolis, Vozes, 2009.

COSTA, Arthur Trindade M. **A Polícia Militar e seus dilemas identitários**.

Contemporânea – *Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, nº 1, jan.- abril 2021, pp. 287-312.

DOUGLAS, Mary **Símbolos naturales: exploraciones em cosmología**. Madrid, Alianza, 1988. Capítulos 4 y 5, p. 73-107.

FREYRE, Gilberto. **Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. 481ª ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 29ª ed. Petrópolis, Vozes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigilar y castigar: nacimiento de la prisión**. Buenos Aires, Siglo XXI, 1976. Capítulos: "Suplicio", "Castigo" y "Disciplina", p. 6-224.

FOUCAULT, Michel. **Historia de la sexualidad 1: La voluntad de saber**. Madrid, Siglo XXI, 1995. Cap. IV: El dispositivo de la sexualidad, p. 93-160 y Cap. V: Derecho de muerte y poder sobre la vida, p. 161-194.

GOODE, E & BEN-YEHUDA, N. **Moral Panics: The Social Construction of Deviance**. Malden: Blackwell Publishing, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

JACONDINO, Eduardo Nunes. **Saber/poder e corpo: a construção micropolítica da educação/profissionalização policial militar, latino-americana, pós-redemocratização política Brasil e Paraguai**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)





_____. **SABER/PODER E CORPO: A construção micropolítica da educação/profissionalização policial militar, latino-americana, pós-redemocratização política: O Paraná e o caso brasileiro.** Curitiba: CRV, 2018.

KOGAN, L. Género-cuerpo-sexo: apuntes para una sociología del cuerpo. **Debates en Sociología**, n. 18, p. 35-57, 1 dez. 1993. Disponible en:

<https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/debatesensociologia/article/view/6676>

LEMOS DE OLIVEIRA, Sandra Schons & JACONDINO, Eduardo Nunes. **A educação policial militar paranaense após a instauração do Projeto Nacional de Segurança Pública (Susp), instituído pela lei nº 13.675 de 2018** [recurso eletrônico] – 1ª. ed. - Jundiaí [SP]: Paco, 2024.

MARTÍNEZ BARREIRO, Ana. La construcción social del cuerpo en las sociedades contemporáneas, **Papers. Revista de sociología**, Vol. 73, 2004, p. 127-152,. Disponible en <http://papers.uab.cat/article/view/v73-martinez/pdf-es>

MAUSS, Marcel. 2003. As técnicas do corpo. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, pp.399-422.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência.** *Tempo Social: Revista de Sociologia – USP*, v. 9, n.1, p.155-167, 1997.

SENASP. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Projeto Segurança Pública para o Brasil & Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública.** Brasília. 2003. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2657/1/arquitetura_institucional_sistema_unico_seguranca.pdf

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SILVA, P. **Vocabulário Jurídico.** Rio de Janeiro: Forense, 1998.





SOARES, Luiz Eduardo. *A racionalidade do “politicamente correto” ou: Weber errou porque estava certo*. In.: SOUZA, Jessé (org.) **A atualidade de Max Weber**. Brasília: UNB, 2000.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de Souza. **Novas dimensões da militarização da segurança pública no Brasil**. 2012.

STRAUSS, Anselm. **Espelhos e Máscaras: A Busca da Identidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **O curriculum oculto**. Portugal, Porto Editora, 1995.

TURNER, Bryan. **El cuerpo y la sociedad: exploraciones en la teoría social**. México: FCE, 1989. Cap. II: La sociología y el cuerpo, p. 57-89.

Recebido em: 12/04/2026

Aprovado em: 03/05/2026

Publicado em: 01/06/2026

